

CONSTITUINTE

GAZETA MERCANTIL

Em tramitação projeto que concede emissoras de rádio e TV ao Congresso

por Valério Fabris
de Brasília

Está tramitando na Câmara o projeto de lei do deputado Jorge Arbage (PDS/PA) que autoriza o Poder Executivo a conceder canal de televisão e emissora de rádio (ondas médias e curtas) ao Congresso Nacional. O projeto foi apresentado ao plenário em agosto do ano passado, tendo sido aprovado pela comissão de constituição e Justiça da Câmara no último dia 28. Terá, ainda, de passar pelas comissões de comunicações e de finanças da Câmara para que seja incluído na ordem do dia.

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, José Fragelli (PMDB/MS), pretende, conforme argumentou a este jornal, que o canal de televisão e a emissora de rádio estejam operando já no próximo ano, com vistas à divulgação dos trabalhos da Assembleia Constituinte. Ele acha que o Parlamento precisa dispor desses dois veículos para neutralizar os noticiários "sensacionalistas" dos órgãos da imprensa privada sobre o Congresso.

Fragelli e Arbage pretendem que tanto a emissora de rádio quanto a de televisão tenham alcance nacional. O autor do projeto, todavia, não soube explicar como operariam as emissoras. No projeto, ele deixa a regulamentação a cargo do Executivo. O presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Joaquim Mendonça, em conversa telefônica, ontem à noite, com este jornal, disse que seria importante o Legislativo administrar emissoras de rádio e de televisão para saber quanto custam.

Mendonça espera que a aprovação do projeto libere as emissoras privadas da veiculação compulsória dos programas como a Voz do Brasil, programa Minerva, mensagens do interesse do Executivo e veiculações dos partidos políticos. Ele estima que as emissoras de rádio que transmitem cerca de duas horas diárias de programas oficiais perdem CZ\$ 13 milhões/hora. Para a Voz do Brasil, que vai ao ar de segunda a sexta-feira, são requisitadas aproximadamente 1,5 mil emissoras de rádio em todo o País.

"Eles não entendem nada de rádio e televisão", disse Mendonça. Indagado por este jornal sobre como as emissoras de rádio e TV do Congresso chegariam a alcançar todo o País, respondeu que todos esses aspectos serão definidos pelo Executivo, caso o projeto seja aprovado nas duas Casas do Congresso. O presidente da ABERT reiterou, igualmente a este jornal, que não vê inconveniente em o Poder Legislativo dispor das emissoras. Acha que não seria concebível o Congresso abrir o espaço das emissoras para o mercado publicitário. Os grupos que trabalham "lobbies" anunciariam seus deputados e senadores.

Cético quanto à capacidade de o Congresso administrar adequadamente as emissoras, Joaquim Mendonça considera, no entanto, que o fato realmente grave foi a aprovação, no Senado, de emenda do senador Jamil Haddad (PSB/RJ) sobre a proibição de que sejam veiculadas mensagens comerciais de prefeituras, estados e da União no prazo de sessenta dias anterior ao pleito de 15 de novembro.